



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Pablo Daniel Siurinha Passos

COMO O BRASIL VIROU À DIREITA?

Análise de como a direita ascendeu no contexto da política brasileira recente
(1988-2018)

Teresina – PI
2025

Pablo Daniel Siurinha Passos

COMO O BRASIL VIROU À DIREITA?

Análise de como a direita ascendeu no contexto da política brasileira recente (1988-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
História, da Universidade Estadual do Piauí/Campus
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Clarice Helena Santiago
Lira.

P289c Passos, Pablo Daniel Siurinha.

Como o Brasil virou à direita? análise de como a direita
ascendeu no contexto da política brasileira recente (1988-2018) /
Pablo Daniel Siurinha Passos. - 2025.
38f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História,
Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira".

1. Brasil Recente. 2. Política. 3. Direita. 4. Eleições. 5.
Redes Sociais. I. Lira, Clarice Helena Santiago . II. Título.

CDD 900

Pablo Daniel Siurinha Passos

COMO O BRASIL VIROU À DIREITA?

Análise de como a direita ascendeu no contexto da política brasileira recente (1988-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
História, da Universidade Estadual do Piauí/Campus
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Aprovada em: ____/____/____

Banca de Examinadora:

Prof. Dra. Clarice Helena Santiago Lira.
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

(Orientadora)

Prof. Dr. Elton Larry Valério
Instituto Federal do Piauí - IFPI

(Membro)

Prof. Dr. Antônio Maurení Vaz Verçosa de Melo
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

(Membro)

Teresina, PI
2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha família, que sempre foi meu porto seguro. Cada gesto de carinho, cada palavra de incentivo e cada demonstração de confiança foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Vocês me sustentaram nos momentos difíceis e celebraram comigo cada pequena conquista. Sem o amor e a força de vocês, este trabalho não seria possível.

Expresso minha gratidão à minha orientadora, Profa. Clarice Lira, pela dedicação, paciência e orientação durante a construção deste trabalho. Agradeço aos demais professores do meu curso, que contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal ao longo desses anos, oferecendo sempre o melhor de si. Registro também meu agradecimento aos professores da banca examinadora, Prof. Elton Valério e Prof. Antônio Melo, pelas valiosas contribuições e apontamentos realizados na avaliação desta monografia.

Agradeço ainda aos meus professores da época da escola, que despertaram em mim o desejo de aprender e, principalmente, de ensinar. Foi com eles que dei os primeiros passos rumo à profissão que escolhi para minha vida: ser professor.

Sou igualmente grato aos meus amigos, pela compreensão, pelo incentivo e por tornarem essa caminhada mais leve. Vocês foram muito importantes durante todo esse percurso.

Por fim, deixo meu agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho acontecesse, seja com uma palavra, um gesto, um conselho ou simplesmente acreditando em mim. Cada apoio foi fundamental, e carrego tudo isso com enorme gratidão.

RESUMO

O presente trabalho analisa as condições históricas que favoreceram a guinada política à direita no Brasil e o desempenho eleitoral expressivo das forças conservadoras nas Eleições Gerais de 2018. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, foram revisadas publicações acadêmicas, relatórios institucionais e material jornalístico do período de 2014 a 2025, além de dados oficiais do TSE e levantamentos de opinião pública. A análise integra dimensões econômicas (recessão e reformas), institucionais (Operação Lava Jato e *Impeachment* de 2016), comunicacionais (uso intensivo de redes sociais e circulação de desinformação, as *fake news*) e sociais (mobilização de movimentos de direita, influência de lideranças evangélicas e apoio de setores militares). Os resultados indicam que a vitória de candidaturas de direita em 2018 não decorreu de um único condicionante histórico, mas da confluência e da interação entre vários elementos configuracionais, como: desgaste dos governos anteriores, narrativa moralizante anticorrupção, reconfiguração partidária e estratégias digitais de mobilização, em consonância com tendências conservadoras globais. Conclui-se que a mudança da correlação de forças foi estruturada e multicondicional, implicando desafios para a qualidade do debate público e para a governança democrática. Considera-se diante da relevância da discussão, a necessidade de produzir trabalhos futuros que façam investigações empíricas, abordando o impacto da desinformação na recente política brasileira, assim como pesquisas que façam comparações entre a realidade política brasileira recente e a realidade de outros países que também vem passando por essas experiências.

Palavras-chaves: Brasil Recente; Política; Direita; Eleições; Redes sociais.

ABSTRACT

The present study analyzes the historical conditions that favored the political shift to the right in Brazil and the significant electoral performance of conservative forces in the 2018 General Elections. Based on bibliographic and documentary research, academic publications, institutional reports, and journalistic material from the period between 2014 and 2025 were reviewed, along with official TSE data and public opinion surveys. The analysis integrates economic dimensions (recession and reforms), institutional ones (Operation Lava Jato and the 2016 Impeachment), communicational aspects (the intensive use of social media and the circulation of disinformation, or “fake news”), and social factors (mobilization of right-wing movements, influence of evangelical leaders, and support from military sectors). The results indicate that the victory of right-wing candidates in 2018 did not stem from a single historical factor but rather from the confluence and interaction of multiple configurational elements, such as the weariness with previous governments, a moralizing anti-corruption narrative, party system reconfiguration, and digital mobilization strategies, in line with global conservative trends. It is concluded that the shift in the correlation of political forces was structured and multi-conditional, posing challenges to the quality of public debate and to democratic governance. Given the relevance of this discussion, the study highlights the need for future research that conducts empirical investigations into the impact of disinformation on recent Brazilian politics, as well as comparative studies between Brazil’s current political reality and that of other countries undergoing similar experiences.

Keywords: Contemporary Brazil; Politics; Right-wing; Elections; Social media.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OS CONTEXTOS POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO BRASIL RECENTE...	13
2.1 TRANSIÇÃO E “CONSOLIDAÇÃO” DEMOCRÁTICAS (1988–2002)	13
2.2. AVANÇOS SOCIAIS E CONTINUIDADES MACROECONÔMICAS NOS GOVERNOS PETISTAS (2003–2010)	14
2.3 CRISE POLÍTICA, POLARIZAÇÃO E A ASCENSÃO DE UMA NOVA DIREITA BRASILEIRA (2010–2015).....	16
3. GUINADA À DIREITA: DO IMPEACHMENT DE DILMA À VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO.....	21
3.1 O TERMÔMETRO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E O <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTE DO BRASIL DILMA ROUSSEFF.....	22
3.2 VITÓRIA DA (EXTREMA) DIREITA: AS REFORMAS LIBERAIS DO GOVERNO TEMER, AS AÇÕES DA “BANCADA BBB” E A CONQUISTA DA PRESIDÊNCIA POR JAIR BOLSONARO	25
3.3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA E DOS DADOS LEVANTADOS	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição de 1988 o Brasil consolidou sua transição para a democracia, com estabelecimento de um sistema multipartidário e renovação das instituições políticas. Nesse contexto, as eleições de 2002 tiveram papel marcante: o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu o segundo turno com 61,27% dos votos (Almeida et al., 2007), tornando-se o primeiro operário a ocupar a Presidência da República. Esse resultado representou a chegada da esquerda ao poder pela primeira vez no novo ciclo democrático brasileiro (Almeida et al., 2007).

Após dois mandatos de Lula (2003–2010), sucedeu-se Dilma Rousseff (PT), primeira mulher presidente, eleita em 2010 e reeleita em 2014 (Peixoto, 2017). O segundo governo Dilma enfrentou forte crise política e econômica, culminando em seu *impeachment*¹ em 2016 e na ascensão de seu vice Michel Temer (PMDB) à Presidência da República. Essa alternância marcou o fim de treze anos de governos petistas e um momento de inflexão no cenário político nacional (Peixoto, 2017).

Em 2018 ocorreram novas eleições gerais, em que se destacou o uso intensivo das redes digitais como veículo de campanha e a proliferação de notícias falsas (*fake news*). Nesse pleito, a campanha de Jair Bolsonaro (PSL) explorou de forma pioneira as mídias sociais, ampliando sua visibilidade junto ao eleitorado (Portela, 2019).

Em meio a ampla polarização que se estabeleceu na sociedade brasileira, Bolsonaro venceu a disputa presidencial de 2018, tornando-se o primeiro representante declarado “da direita” a conquistar o Planalto em décadas (Gregório; Contrera, 2020).

Esses eventos evidenciaram uma mudança no equilíbrio de poder no Brasil: o impeachment de Dilma e a vitória de Bolsonaro em 2018 sugerem que algo relevante ocorreu na orientação política do país. Nesse sentido, cabe problematizar o fenômeno ocorrido: como o Brasil “virou à direita”? De que forma os setores de direita conseguiram emergir no campo político contemporâneo brasileiro e obter bom desempenho nas eleições de 2018?² (Romão, 2018).

¹ *Impeachment* é um processo político e jurídico que permite afastar um presidente, governador ou prefeito do cargo quando ele comete um crime de responsabilidade — ou seja, quando age contra a Constituição, contra as leis ou contra o bom funcionamento das instituições. Em termos simples, é um mecanismo legal para retirar do poder um governante que abusou da função (Ferreira; Tavares, 2016).

² Wagner de Melo Romão (2018) entende que os movimentos de direita passaram a ocupar um espaço de destaque no cenário político brasileiro devido a fatores como o desgaste dos governos do PT, o impeachment de Dilma Rousseff, as reformas neoliberais do governo Michel Temer, a crescente desconfiança nas instituições políticas brasileiras e a influência internacional de levantes conservadores observados em vários países.

Para responder a essa questão, levou-se em considerações algumas hipóteses centrais apresentadas por Wagner de Melo Romão (2018). Uma delas é que o desgaste dos governos do PT, intensificado pelo processo de *impeachment* de Dilma e pelas reformas econômicas de seu sucessor, gerou descontentamento que beneficiou discursos conservadores. Outra hipótese considerada pelo autor, é o impacto de uma onda conservadora global, já identificada por analistas: estudos apontam que, mundialmente, movimentos de direita populista ganharam força, como nos casos de Trump, Brexit e Le Pen³ (Gregório; Contrera, 2020), influenciando indiretamente o Brasil.

Ademais, supõe-se, concordando com Portela (2019), que o uso estratégico das redes sociais e das *fake news* tenham sido decisivos para difundir pautas de direita e mobilizar eleitores em 2018. A presença crescente de lideranças evangélicas conservadoras e de ideologias *antiestablishment*⁴ também é apontada por aquele estudioso como elemento contribuidor.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a direita, entendida aqui como um movimento formado por grupos que ganharam espaço no vácuo deixado pela crise de legitimidade das forças de centro e que utilizaram discursos moralistas e liberais em torno de uma pauta de renovação ética e antipetista, passou a se destacar no cenário político brasileiro recente e obteve desempenho expressivo nas eleições de 2018. Como objetivos específicos, pretende-se: analisar o comportamento e as estratégias dos setores de direita na política brasileira contemporânea; examinar a influência dos movimentos conservadores globais sobre o debate político nacional; e compreender o papel das mídias sociais e das narrativas conservadoras na vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

O desejo de trabalhar essa temática, assim como a minha escolha pelo curso de Licenciatura em História, surgiu quando eu ainda estudava no 9º ano do Ensino Fundamental. Nessa série, os conteúdos de História abordam os acontecimentos do século XX até a atualidade, e esses temas sempre chamaram minha atenção em sala de aula. Contudo, foi a política que mais despertou meu interesse. Entender como ela funciona e de que forma o governo organiza a sociedade, influenciando positiva ou negativamente a vida das pessoas, fez

³ Donald Trump: representante da direita nos Estados Unidos que foi eleito presidente em 2016, sustentando um discurso marcado por posturas belicistas, sexistas e xenófobas. Brexit: processo feito em 2016 pelo Reino Unido que deixou a União Europeia impulsionado por uma retórica anti-imigração e contrária à integração comunitária. Le Pen: candidata da extrema-direita da França que alcançou expressivos 34,5% dos votos nas eleições francesas de 2017 (Gregório; Contrera, 2020).

⁴ *Antiestablishment*: Algo ou alguém que é contra a ordem social, política e econômica dominante. (Gregório; Contrera, 2020)

com que eu buscasse compreender melhor esse assunto. Por isso, escolhi este tema para o trabalho, com o objetivo de aprofundar meu entendimento sobre essa questão.

Quanto a relevância acadêmica e social deste estudo, considera-se que reside no estudo do caráter inédito e transformador da política brasileira do período analisado. Como observou Struck (2018) ao comentar o pleito de 2018, elementos como redes sociais, *fake news* e “vitória de candidaturas nanicas⁵ inauguram uma nova fase da política brasileira”. Assim, investigar esse processo é fundamental tanto para a compreensão acadêmica das mudanças políticas recentes no Brasil quanto para avaliar desdobramentos sociais mais amplos. A análise dos fatores que levaram à ascensão da direita em 2018 contribui para debates em áreas como história e ciência política, oferecendo subsídios para pesquisas futuras sobre polarização e comportamento eleitoral.

Metodologicamente, este trabalho é de natureza qualitativa e exploratória. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em livros, artigos acadêmicos, relatórios e matérias jornalísticas sobre a política brasileira recente. Foram coletadas e analisadas informações de fontes oficiais e estudos acadêmicos relevantes, seguindo procedimento rigoroso de revisão de literatura. Em suma, adotou-se a síntese de dados secundários para construir o panorama histórico, problematizar a questão de pesquisa e discutir as hipóteses levantadas.

Quanto ao estudo bibliográfico, ele forneceu o embasamento teórico necessário para a discussão sobre o tema e, por consequência, o alcance dos objetivos propostos. De acordo com Amaral e Souza (2021, p. 13), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em livros, artigos, teses etc.”. Em consonância, Gil (2002, p. 7), descreve que a pesquisa do tipo bibliográfica é caracterizada como um tipo de pesquisa documental, “que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura”. Para o levantamento dos principais estudos sobre o tema, fez-se pesquisas no Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) fazendo uso dos seguintes termos: Brasil Recente; Direita, Política Brasileira; Eleições, 2018; que possibilitaram as seguintes relações: 1: Direita x Eleições 2018; 2: Direita x Política Brasileira; 3: Brasil x Eleições, 2018 x Direita x Política Brasileira.

Esta monografia é constituída de uma introdução, dois capítulos de desenvolvimento divididos em tópicos e uma conclusão. Na introdução, são apresentadas informações sobre os

⁵ O termo “candidaturas nanicas” refere-se a projetos políticos inicialmente considerados pouco competitivos, devido à limitada estrutura partidária, escassez de recursos financeiros e reduzido tempo de exposição nos meios tradicionais de comunicação, especialmente na televisão (Struck, 2018).

governos petistas, iniciado em 2003 com Lula e finalizado com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. É nessa parte do trabalho que se encontram a problematização, os objetivos específicos e a metodologia.

No primeiro capítulo, é abordado o contexto político da história recente do Brasil. Dividido em tópicos, esse capítulo trata da transição e consolidação democrática do país, no período de 1988 a 2002, com destaque para o início da Nova República; dos governos do PT (Lula e Dilma); da crise política de 2010 a 2014 e da polarização que se intensifica nesse período; e, por fim, da ascensão da nova direita no Brasil.

No segundo capítulo, é discutida a guinada à direita ocorrida no cenário político brasileiro. Em outras palavras, analisa-se como os movimentos de direita se destacaram e passaram a ocupar papéis centrais na política nacional. Nesse capítulo, são apresentados os seguintes temas: as eleições municipais de 2016 e o *impeachment* de Dilma Rousseff; o governo Michel Temer; e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Na conclusão, o trabalho evidencia que a guinada à direita no Brasil foi produto de uma confluência complexa entre crise econômica, julgamentos morais amplificados pela mídia e pela Operação Lava Jato, inovações e instrumentalização comunicacional nas redes digitais, além de reconfigurações partidárias e apoios indenitários organizados. Assim, conclui-se que a virada política do país não resultou de uma única causa, mas da conjunção de elementos estruturais e conjunturais que se reforçaram mutuamente.

2. OS CONTEXTOS POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO BRASIL RECENTE

A compreensão do cenário político brasileiro recente exige uma análise articulada dos contextos político e socioeconômico, marcados por profundas transformações nas primeiras décadas do século XXI. Esse período caracterizou-se por mudanças na orientação dos governos, pela ampliação e posterior retração de políticas sociais, por crises econômicas e institucionais e por uma crescente polarização política. Tais elementos influenciaram diretamente a dinâmica eleitoral, o comportamento dos atores políticos e a relação entre Estado e sociedade. Conforme argumentam Levitsky e Ziblatt (2018), as democracias contemporâneas tendem a se fragilizar de maneira gradual, não por meio de rupturas institucionais explícitas, mas pelo enfraquecimento progressivo das normas e instituições que sustentam o regime democrático. Essa dinâmica torna-se mais provável em contextos de crise política e econômica, nos quais a polarização e a perda de confiança nas instituições ampliam a tolerância social a práticas que tencionam os limites da democracia.

2.1 TRANSIÇÃO E “CONSOLIDAÇÃO” DEMOCRÁTICAS (1988–2002)

A transição para a Nova República, inaugurada com a Constituição de 1988, representou uma alternância pacífica de poder e uma ampla coalizão de interesses políticos. Segundo Scarpelli e Albergaria (2025), a partir de 1994 o Brasil viveu duas décadas de estabilidade econômica e política garantida por acordos consensuais entre elites partidárias. Esse arranjo político garantiu um crescimento moderado e avanços sociais significativos sem rupturas bruscas. Como observam Weller e Limongi (*apud* Scarpelli e Albergaria, 2025), o sistema político negociado produziu mudanças sociais sem precedentes entre os anos de 1994 e 2013.

O marco do Plano Real⁶ implantado em 1994, assim como as reformas de liberalização econômica no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foram cruciais para domar a hiperinflação e abrir a economia, embora tenham exacerbado tensões de renda (Scarpelli; Albergaria, 2025).

Dados compilados e analisados por Pochmann (2007), mostram que entre 1995 e 2004, o coeficiente de Gini⁷ da renda do trabalho caiu de 0,585 para 0,547 (queda de 6,5 %), em grande parte devido à expansão do gasto social e ao aumento do salário mínimo. Essa evolução

⁶ O Plano Real Programa criado em 1994 de estabilização econômica que extinguiu a hiperinflação no Brasil através da transição gradual da moeda Cruzeiro Real para o Real (Scarpelli; Albergaria, 2025).

⁷ Pochmann (2007) entende coeficiente de Gini como o medidor da desigualdade de renda da população.

sinaliza que, apesar da ênfase neoliberal, políticas redistributivas como o aumento real do salário mínimo sustentaram alguma redução da desigualdade no período. Paralelamente, as bases de coesão social se mantiveram ativas. Movimentos sociais e sindicais tradicionalmente fortes no Brasil continuaram presentes nos anos 1990. Davisson de Souza (2011) destaca que, mesmo em meio às reformas econômicas, persistiram “lutas sociais” em defesa de direitos trabalhistas, moradia e serviços públicos, em diálogo com tradições sindicais e populares.

Esse vigor das mobilizações coletivas impediu que políticas econômicas centradas exclusivamente na estabilização macroeconômica deixassem de produzir tensões sociais significativas. A presença ativa de movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil funcionou como um importante mecanismo de pressão sobre o Estado, limitando a adoção de agendas econômicas dissociadas de demandas sociais mais amplas. Nesse contexto, a experiência brasileira no período pós-1988 consolidou uma democracia negociada, marcada pela conciliação entre elites partidárias, pela mediação institucional de conflitos e pela manutenção relativa da estabilidade social, ainda que permeada por disputas e assimetrias de poder (Scarpelli; Albergaria, 2025).

Nessa fase, os conceitos de “esquerda” e “direita” continuaram a orientar a classificação partidária. Como explicam Tarouco e Madeira (2013), as legendas majoritárias (PT, PDT à esquerda; PSDB, PMDB ao centro; PFL/DEM, PP à direita)⁸ assumiram posições coerentes na dimensão socioeconômica tradicional. Essas categorias contribuíram para a estruturação do debate político mesmo após as mudanças de regime, fornecendo continuidades ideológicas fundamentais para a compreensão da posição dos partidos no sistema político. Nesse sentido, ao analisar o período da Nova República, Caldeira Neto (2020) destaca que a consolidação institucional da democracia brasileira conviveu com a permanência de discursos autoritários, frequentemente mobilizados em contextos de crise política e econômica.

2.2. AVANÇOS SOCIAIS E CONTINUIDADES MACROECONÔMICAS NOS GOVERNOS PETISTAS (2003–2010)

⁸As legendas mencionadas se referem aos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Frente Liberal / Democratas (PFL/DEM) e Partido Progressiva (PP). Os partidos de esquerda são entendidos como aqueles que defendem a intervenção estatal na economia, a regulação do mercado, políticas redistributivas e apoiam a classe trabalhadora e os sindicatos. Um partido é de direita quando enfatiza: a defesa das forças armadas, a livre iniciativa e economia de mercado, incentivos a iniciativa privada e defende a classe média e grupos profissionais. Os partidos aparecem como de centro quando combinam elementos das duas posições, evitam extremos, exibem discursos vagos ou híbridos ou têm programas que não enfatizam fortemente categorias típicas de esquerda e direita. (Tarouco e Madeira, 2013).

A partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao executivo federal, inaugurou-se um ciclo marcado pela manutenção de políticas macroeconômicas ortodoxas aliadas à expansão de programas sociais (Soares et al., 2006). Embora no discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha adotado um perfil desenvolvimentista, na prática, os primeiros anos de seu governo seguiram grande parte da agenda fiscal e monetária operada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Montani Martins (2012) observa que o sistema financeiro brasileiro expandiu-se e tornou-se mais funcional nos anos do governo Lula (2003–2010), aproveitando o ciclo econômico favorável, entretanto, a oferta de crédito de longo prazo continuou limitada ao desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o crescimento econômico foi impulsionado pelo boom das commodities⁹, mas não houve retomada consistente do investimento. Bresser-Pereira (2007) e Carvalho (2005), por exemplo, salientam a “continuidade” de aspectos neoliberais na gestão Lula, sobretudo, no compromisso com o superávit primário elevado¹⁰ e câmbio flutuante¹¹, adotado ainda em 1999, não só por necessidade, mas como parte do alinhamento ideológico do governo.

Os governos do PT promoveram expansão significativa do gasto social. Destacam-se programas de transferência de renda, como o Bolsa Família¹², criado em 2003, e a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC).¹³ Essas ações tiveram impacto real sobre a pobreza e a desigualdade (SOARES et al., 2006). Soares et al. (2006) estimam que apenas o BPC e o Bolsa Família foram responsáveis por cerca de 28 % da queda do Índice de Gini entre 1995 e 2004. Do ponto de vista distributivo, Pochmann (2007) calcula que 87 % da queda do Gini naquele período resultou do aumento do gasto social e dos benefícios assistenciais.

Em outras palavras, políticas de renda mínima tiveram peso determinante na redução da desigualdade de renda do trabalho durante as duas primeiras gestões do PT. Esse cenário levou a ganhos sociais notáveis, como a drástica redução da extrema pobreza e a elevação do salário

⁹ Produtos básicos e padronizados de origem primária (agrícola, mineral ou energética) comercializados em escala global. Possuem preços determinados pela oferta e demanda internacional em bolsas de valores, servindo como matéria-prima para diversos setores industriais (Mankiw, 2019).

¹⁰ Diferença positiva entre as receitas e as despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. É um indicador de responsabilidade fiscal utilizado para sinalizar a capacidade do Estado de honrar seus compromissos financeiros (Mankiw, 2019).

¹¹ Regime monetário em que a taxa de câmbio é determinada pelas forças de oferta e demanda no mercado de divisas, sem que o Banco Central estabeleça uma meta fixa para a cotação da moeda nacional frente a moedas estrangeiras (Mankiw, 2019).

¹² Programa de transferência de renda para famílias de baixa renda (Soares et al., 2006).

¹³ Benefício assistencial garantido pela Constituição, destinado às famílias de baixa renda (Soares et al., 2006).

mínimo real, criando um “estado de bem-estar social¹⁴, ainda que imperfeito” (Weller & Limongi, 2024 *apud* Scarpelli; Albergaria, 2025, p. 3). Entretanto, houve críticas sobre os limites dessa estratégia. Autores como Druck e Filgueiras (2007) e Baptista (2016), apontam que, apesar dos programas focalizados no combate à pobreza, outras rubricas sociais essenciais relacionadas à saúde, educação, habitação, saneamento, entre outros, perderam participação no orçamento nos anos de 2002 a 2006.

Em suma, os governos do PT dos anos de 2003 a 2010, sob a presidência de Lula, manteve a ortodoxia fiscal convencional enquanto atenuava os efeitos sociais do modelo mediante redistribuição focalizada. Com base nas pesquisas de Druck e Filgueiras (2007) e de Scarpelli e Albergaria (2025), essa dupla face alimentou um debate de continuidade versus mudança: de um lado, Lula dizia romper com o passado neoliberal ao ampliar direitos básicos; de outro, economistas críticos salpicavam que não houve ruptura fundamental no modelo macroeconômico.

O resultado foi um ambiente de relativa tranquilidade social, mas também de crescente polarização conceitual sobre a natureza dos governos do PT, combinando políticas de mercado a investimentos sociais (Scarpelli; Albergaria, 2025). Em síntese, os governos Lula (2003–2010) e parte do segundo mandato de Dilma Rousseff, foram caracterizados pelo sucesso distributivo parcial com redução de pobreza e de desigualdade, alinhado à manutenção de arranjos econômicos estabilizantes.

2.3 CRISE POLÍTICA, POLARIZAÇÃO E A ASCENSÃO DE UMA NOVA DIREITA BRASILEIRA (2010–2015)

A partir de 2010/2011, o contexto político brasileiro tornou-se progressivamente mais conturbado. Choques econômicos, resultante do início de desaceleração, ou seja, da falta de crescimento econômico do país, e denúncias de corrupção como o mensalão do PT em 2005¹⁵ e os desdobramentos do Petrolão¹⁶ alimentaram a insatisfação pública (Tavares; Berger; Vaz, 2016).

¹⁴ Conjunto de políticas de assistência, proteção e seguridade social que envolvem ampliação dos serviços sociais, fortalecimento da proteção pública e expansão de políticas sociais. (Tarouco e Madeira, 2013)

¹⁵ O Mensalão foi um escândalo político de 2005 que envolveu denúncias de corrupção. Ele foi um acontecimento que gerou forte crise política para o governo e para o Partido dos Trabalhadores (Tavares; Berger; Vaz, 2016).

¹⁶ O Petrolão foi um escândalo ocorrido entre 2014 e 2015, ligado à Petrobras, marcado por investigações sobre desvio de recursos e pagamento de propinas envolvendo agentes públicos e empresas. O caso aprofundou a crise política do período e contribuiu para o clima de instabilidade e contestação do governo (Tavares; Berger; Vaz, 2016).

Ferreira e Tavares (2016) analisam esse período como de “ressignificação” das ruas, em que as jornadas de junho de 2013¹⁷ foram marcantes para colocar o debate político em xeque. As manifestações de 2013, inicialmente deflagradas por pautas diversas como passagens baratas, serviços públicos de qualidade, combate à corrupção, evoluíram para um quadro de revolta contra o sistema político como um todo.

Como observado por Borges (2024), essas mobilizações foram contextualizadas em meio à “insatisfação generalizada com o sistema político vigente”, ligando desigualdades sociais a críticas de corrupção e governança. Dessa forma, as ruas passaram a reunir tanto jovens da esquerda tradicional, como o Movimento Passe Livre e sindicatos, quanto setores desencantados com os partidos, em particular o PT, criando uma “nova direita” heterogênea, marcada pelo repúdio à política tradicional. Solano (2018) afirma que, a partir de meados de 2013, movimentos de perfil liberal-conservador como o Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁸ e “Vem Pra Rua”¹⁹ mobilizaram esse sentimento antipolítico e antipetista contra o “sistema”.

De acordo com Gallego (2018), esses grupos articularam um discurso populista de direita em torno de grandes causas, anticorrupção e “moralização”, que inicialmente puseram o PT no centro simbólico das críticas. Em paralelo, o autor informa que espalhou-se no debate público a ideia de que o Partido dos Trabalhadores teria traído sua origem, tornando-se um “partido corrupto”, narrativa que se propagou nas redes e mídia. Essa polarização identitária, verde-amarelo *versus* vermelho, dominou a cena política.

Ferreira e Tavares (2016) ressaltam que, diferentemente de gerações anteriores, as manifestações pós-2013 assumiram um caráter mais informativo e conservador, mesclando pautas de diversas origens e demandando “reformas” em nome da eficiência, da religião ou do patriotismo. Nesse clima de polarização, propostas tipicamente de direita ganharam adesão popular.

O enfraquecimento dos partidos tradicionais de centro (PSDB, PMDB) pela descrença generalizada e o sucesso retórico de discursos antipetistas pavimentaram o caminho para novos atores de direita. Como aponta Gallego (2018, p.48), o período 2013–2016 foi marcado por “uma dinâmica de polarização nas redes e nas ruas” cujo foco simbólico era o PT. Criou-se uma

¹⁷ As manifestações de junho de 2013 irromperam devido à insatisfação acumulada com a corrupção e os serviços públicos, sendo o estopim o reajuste nas tarifas de transporte (Boges, 2024).

¹⁸ O Movimento Brasil Livre (MBL) é caracterizado como um dos movimentos de direita liberal que canalizou o sentimento de frustração e descontentamento contra o sistema político. O MBL utilizou um discurso populista de direita com grandes significantes aglutinadores como o antipetismo e a corrupção para mobilizar a população, moralizando o debate e potencializando pautas conservadoras (Gallego, 2018).

¹⁹ O Vem pra Rua é classificado como um movimento de direita liberal que buscou canalizar a insatisfação popular contra a política tradicional. Enquanto o antipetismo era um grande fator de coerência para o grupo, o movimento destacou-se por consolidar o discurso antipolítico (Gallego, 2018).

narrativa em que demandas conservadoras como antiaborto, pautas religiosas, combate à corrupção, se confundiam com o ódio ao *establishment*²⁰ petista. Pode-se considerar que a crise política desses anos formou o caldo de cultura para a ascensão de uma “nova direita” no Brasil, fruto de uma combinação de descontentamento econômico, ativismo social reconfigurado e guerra cultural entre identidades políticas.

A discussão apresentada até aqui sobre aspectos do contexto político brasileiro recente como estabilidade negociada da “Nova República”, governos petistas de matriz mista e, a emergência de uma polarização explícita, formam os fundamentos para a compreensão da guinada à direita da sociedade brasileira concretizada nos resultados das eleições de 2018.

Os anos de 2014 e 2015 são centrais para a compreensão da ascensão de uma nova direita no Brasil. Contudo, esse processo não deve ser entendido como um evento abrupto, mas como uma dinâmica multifacetada e gradual, resultante da convergência entre crise política, aprofundamento da recessão econômica, escândalos de corrupção e o surgimento de novos atores sociais. Tais condições sócio-históricas contribuíram para a reorganização do campo político nacional. Nesse sentido, Caldeira Neto (2020) argumenta que a crise da Nova República abriu espaço para o fortalecimento de forças políticas de direita que passaram a questionar consensos democráticos estabelecidos após a Constituição de 1988.

Nesse contexto, é perceptível uma reorganização simbólica e institucional da direita brasileira, que passa a se reposicionar de forma mais assertiva no debate público encontrando terreno fértil para a sua ampliação. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) apontam que esse movimento não se deu de forma abrupta, mas resultou da reconfiguração das alianças e discursos que historicamente marcaram o conservadorismo nacional. Os autores afirmam ainda que a chamada “nova direita” emergiu articulando discursos moralistas e liberais em torno de uma pauta de renovação ética e antipetista, ganhando espaço no vácuo deixado pela crise de legitimidade das forças de centro²¹.

A deflagração da Operação Lava Jato em 2014, por exemplo, foi um marco decisivo na transformação do ambiente político brasileiro nas concepções de Codato, Bolognesi e Roeder (2015). Segundo eles, as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal revelaram esquemas de corrupção de grande magnitude e envolveram membros da elite política e empresarial do país, incluindo agentes ligados ao Partido dos Trabalhadores e a partidos de sua

²⁰ Algo ou alguém que é a favor da ordem social, política e econômica dominante (Gregório; Contrera, 2020)

²¹ Essa crise de legitimidade ocorreu devido aos escândalos de corrupção envolvendo a elite política brasileira. Nesse cenário, as instituições políticas perderam credibilidade e os discursos de direita, defendendo a moralidade e os valores, ganharam força (Dibai, 2020).

base aliada. O impacto midiático e simbólico dessas revelações foi profundo, pois a Lava Jato consolidou na opinião pública a associação entre corrupção, ineficiência estatal e decadência moral da política institucional.

Para Dibai (2020), a operação Lava Jato desempenhou papel catalisador na formação de um novo discurso de direita, pautado na moralização da vida pública e na rejeição dos partidos tradicionais. Essa narrativa de “purificação moral” da política brasileira fortaleceu a imagem de atores conservadores como representantes da ordem e da honestidade, deslegitimando os governos identificados com a esquerda.

Em paralelo, o cenário econômico agravou-se rapidamente. Após um ciclo de crescimento sustentado durante a década anterior, o Brasil mergulhou em uma profunda recessão nos anos de 2014–2015, marcada pela queda do Produto Interno Bruto (PIB)²², aumento do desemprego e deterioração da renda média das famílias. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o PIB brasileiro caiu 3,5% em 2015. Em consonância, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) registrou poucos meses depois, o recuo da renda real e a elevação dos índices de desigualdade.

Dibai (2020), Epitácio (2015), entre outros, consideram que essa crise reduziu a capacidade redistributiva do Estado e gerou sensação de insegurança social, elementos que contribuíram para o fortalecimento de discursos que atribuíam os problemas econômicos à má gestão estatal e ao “intervencionismo” do governo federal. Nesse ambiente, a direita soube se posicionar como alternativa de eficiência e racionalidade econômica, defendendo reformas liberais e a diminuição do papel do Estado na economia.

Simultaneamente, segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015), as ruas tornaram-se palco de manifestações que expressavam a insatisfação popular com a política e com a conjuntura econômica. Os autores afirmam ainda que a partir do final de 2014, e durante todo o ano de 2015, movimentos como o “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre” (MBL) ganharam notoriedade ao convocar protestos nacionais em defesa do combate à corrupção e do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Esses grupos, compostos majoritariamente por jovens de classe média urbana, utilizaram-se intensamente das redes sociais para mobilizar apoiadores e difundir suas pautas. Fernando Nogueira da Costa (2014) observa que essa nova direita brasileira apropriou-se das ferramentas digitais com grande competência, criando uma comunicação direta e horizontal que

²² O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, estado ou cidade, durante um determinado período. Ele serve como o principal termômetro para avaliar se a economia está crescendo ou encolhendo (Ferreira; Tavares, 2016).

prescindia dos canais partidários tradicionais. Essa dinâmica favoreceu a emergência de uma cultura política voltada à desconfiança das instituições e ao discurso antipartidário, o que reforçou a imagem de “cidadãos comuns” como legítimos representantes do povo.

É importante lembrar que além das redes digitais, os meios de comunicação tradicionais desempenharam papel decisivo na consolidação do discurso da nova direita. A ampla cobertura dos escândalos de corrupção, associada à crescente perda de popularidade do governo, criou uma atmosfera de descrença generalizada que foi explorada por influenciadores, jornalistas e líderes de opinião vinculados a agendas conservadoras.

Ao analisarem o contexto pós-2014, Silva et al. (2014), consideram que ele testemunhou a formação de um ecossistema midiático híbrido, no qual a mídia corporativa e as plataformas digitais se retroalimentaram, reproduzindo conteúdos que reforçavam a ideia de crise moral e institucional. Essa simbiose comunicativa deu legitimidade social a discursos autoritários e maniqueístas, contribuindo para o enfraquecimento do debate racional e pluralista. Por outro lado, o campo partidário também passou por uma reconfiguração relevante. De acordo com Epitácio (2015), partidos de direita e centro-direita, que até então se encontravam dispersos ou subordinados a coalizões pragmáticas, começaram a articular-se em torno de novas bandeiras ideológicas e de uma estratégia de recomposição de identidade.

Essa reorganização envolveu tanto legendas tradicionais, como o PSDB e o DEM, quanto novos atores e lideranças emergentes, que viam nas pautas liberais e moralistas uma oportunidade de ascensão política. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) apontam que essa recomposição ocorreu de forma híbrida: combinando elementos do neoliberalismo econômico com valores morais conservadores e nacionalistas. Essa mistura de discurso econômico e moral teria produzido uma direita renovada, mais combativa e visível no cenário público, que se apresentou como “antissistêmica” embora fosse composta, em grande parte, por quadros já inseridos na política tradicional.

Dessa forma, a articulação entre crise econômica, escândalos de corrupção e mobilização social criou um terreno fértil para a consolidação de “uma nova direita” no país. Essa convergência multifatorial foi potencializada pelo uso das redes digitais, pela narrativa midiática e pela fragilidade das instituições representativas, permitindo que valores conservadores e discursos moralizantes ganhassem centralidade no debate político.

É relevante enfatizar, como observa Dibai (2020), que esse processo não foi exclusivamente brasileiro, mas inseriu-se em uma tendência global de fortalecimento de movimentos de direita e extrema-direita em contextos de crise. No caso nacional, contudo, o enraizamento desse fenômeno foi favorecido por condicionantes históricos específicos, como a

tradição autoritária e o antipetismo consolidado após mais de uma década de governos progressistas.

A literatura especializada (Dibai, 2020; Silva et al., 2014; Codato; Bolognesi; Roeder, 2015; Epitácio, 2015) converge em reconhecer que a ascensão da direita brasileira entre 2014 e 2015 não se deveu a um único fator isolado, mas à interação complexa de elementos políticos, econômicos e culturais. Ao mesmo tempo em que a Operação Lava Jato forneceu a dimensão moral da crise, a recessão reforçou o argumento da ineficiência estatal, e as redes sociais permitiram que novos mediadores políticos emergissem sem depender da estrutura partidária tradicional.

Dessa forma, o período analisado marcou o início de uma transição ideológica que redefiniu a correlação de forças no sistema político brasileiro, enfraquecendo antigas alianças e fortalecendo novos discursos. Essas mudanças estruturais criaram as condições para o expressivo desempenho eleitoral da direita nas eleições de 2018, evidenciando a influência das transformações ideológicas sobre os resultados políticos e a configuração do cenário partidário.

É importante destacar que os estudos sobre o fenômeno ainda divergem quanto às suas causas e a profundidade de sua transformação. Enquanto alguns estudiosos interpretam a nova direita como expressão de um movimento espontâneo da sociedade civil, outros ressaltam a influência de elites econômicas e de think tanks²³liberais na construção de sua narrativa. De todo modo, a ascensão da direita entre os anos de 2014 e 2015, constituiu um marco na história política brasileira recente, configurando-se como uma resposta complexa à crise de representação, à recessão e à erosão da confiança nas instituições democráticas.

3. GUINADA À DIREITA: DO IMPEACHMENT DE DILMA À VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO

Este capítulo analisa o processo de guinada à direita no Brasil, tomando como marco central o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e seu desdobramento na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018. Busca-se compreender como a crise política e econômica, a reorganização das forças conservadoras, o fortalecimento de discursos antipetistas e a atuação de novos atores políticos e sociais contribuíram para a reconfiguração do campo político nacional. Nesse sentido, o período é examinado como um momento de inflexão histórica, no

²³ As think tanks são organizações especializadas em produzir conhecimento e influenciar decisões na esfera pública (Dibai, 2020).

qual rupturas institucionais e transformações no debate público criaram as condições para a ascensão de um projeto político de orientação à direita.

3.1 O TERMÔMETRO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DO BRASIL DILMA ROUSSEFF

O período que vai das eleições municipais de 2016 até o *impeachment* da presidente da República Dilma Rousseff constituiu uma fase de aceleração e cristalização dos vetores políticos e culturais que vinham se articulando desde 2013–2014, resultando em um deslocamento do eixo público para posições mais conservadoras em vários espaços institucionais bem como na opinião pública.

De acordo com Moura e Boghossian (2016), nas eleições municipais de 2016, embora o pleito tenha ocorrido em grande parte como um ciclo local tradicional, observou-se a emergência de candidaturas com orientação liberal-conservadora e retóricas de “gestão responsável” que capitalizaram a insatisfação gerada pela crise econômica e pelos escândalos de corrupção. Os autores ressaltam ainda que os analistas de conjuntura e levantamento de imprensa identificaram nesses pleitos um padrão de preferência por prefeitos que prometiam eficiência administrativa, corte de despesas e combate à corrupção, sinalizando uma mudança de clima político que prenunciava o resultado nacional subsequente.

A dinâmica eleitoral municipal de 2016, por sua escala e por disputar diretamente a gestão local dos serviços públicos, serviu também como espaço de experimentação e legitimação de narrativas de direita renovadas que combinavam liberalismo econômico²⁴ com conservadorismo moral²⁵. Essas narrativas encontraram expressão em prefeitos e vereadores eleitos em polos urbanos importantes e reforçaram redes políticas locais que, meses depois, se mostraram mais alinhadas com o discurso pró-impeachment e com pautas de endurecimento penal e ordem pública.

Moura e Boghossian (2016) informam que observadores e colunistas destacaram, no fechamento do ano, que a alternância por gestores com perfil “mais gerencial”²⁶ reforçou a percepção de que o voto poderia ser usado como mecanismo de correção de rumos nacionais,

²⁴ É uma visão que busca maior participação da iniciativa privada e menos intervenção estatal na economia e na administração dos bens públicos (Moura; Boghossian, 2016).

²⁵ Refere-se a uma postura mais tradicional ou rigorosa em relação a costumes, valores sociais e questões éticas na esfera pública (Moura; Boghossian, 2016).

²⁶ São gestores buscam administrar a cidade como uma empresa, focando na redução de gastos, na eficiência, e na transferência de serviços do Estado para o controle da iniciativa privada (Moura; Boghossian, 2016).

tornando o ambiente municipal um termômetro político de reação ao ciclo petista anterior. No plano das mobilizações e do discurso público, o período 2015–2016, segundo Oliveira (2016), caracterizou-se por forte presença de protestos e pelo protagonismo de grupos que haviam se consolidado na cena pública a partir de 2014, mas que nessa fase operaram com maior coordenação em favor do afastamento da presidente Dilma.

A cobertura midiática amplificou as manifestações favoráveis ao *impeachment* e contribuiu para moldar a percepção de uma crise de governabilidade. De acordo com Tavares, Berger e Vaz (2016), os veículos de grande circulação impulsionaram a narrativa do “rompimento ético” do governo e deram destaque contínuo às acusações e ao roteiro processual que levou à admissibilidade do pedido de *impeachment* na Câmara. Nesse sentido, eles entendem que essa construção simbólica da crise, em que elementos jurídicos, políticos e morais se misturaram, foi decisiva para expandir apoio político e social às medidas de afastamento que viriam a ser votadas em 2016.

Ao analisar o conteúdo dos discursos e das imagens veiculadas no período, pesquisadores chamaram a atenção para o surgimento de um clima de “política do ódio” e de polarização que se expressou tanto nas ruas quanto nas redes digitais. Essa configuração facilitou a responsabilização de atores públicos por falhas sistêmicas, tornando plausível a ideia de que a remoção de lideranças bastaria para restaurar a “ordem” e a “competência” do Estado.

Ensaaios e resenhas acadêmicas produzidos à época, como as de Aquino (2016) e Oliveira (2016), ressaltam que a linguagem agressiva e a personalização das críticas, dirigidas, sobretudo, a lideranças do PT, foram elementos centrais para deslocar o debate público de questões programáticas para questões morais e de confiança.

A atuação de atores e bancadas parlamentares específicas também teve papel relevante nesse deslocamento: a chamada “Bancada da Bala”²⁷ e setores mais punitivos do Congresso ganharam visibilidade e representaram, de acordo com Faganello (2015), uma faceta do conservadorismo reacendido, pressionando por agendas de segurança pública e endurecimento penal que dialogavam com a retórica de “ordem e progresso” das forças conservadoras. A emergência e fortalecimento de bancadas temáticas de perfil conservador contribuíram para a recomposição do campo político-institucional, facilitando a formação de coalizões capazes de suportar movimentos de *impeachment* no Legislativo.

²⁷ Grupo de direita formado por parlamentares do Congresso Nacional que defendem a redução da maioria penal, a revogação do Estatuto do Desarmamento e medidas repressivas no combate à criminalidade. É composto majoritariamente por ex-policiais militares e delegados da Polícia Civil (Faganello, 2015).

No que tange ao processo institucional do *impeachment*, os marcos procedimentais, desde a leitura do pedido no plenário da Câmara até a votação que autorizou a tramitação do processo e, posteriormente, o julgamento no Senado, ocorreram num contexto em que a narrativa pública construída pela mídia e por movimentos cívicos convergia com interesses políticos partidários e estratégicos do Legislativo.

Na Câmara, a aprovação da admissibilidade do processo apresentou majoritária insatisfação partidária e parlamentar, com 367 votos favoráveis e 137 contrários para enviar o processo ao Senado (17 abr. 2016). No Senado, o afastamento cautelar (votação de 55 favoráveis a 22 contrários, em 12 de maio de 2016) e a cassação definitiva, em agosto (61 votos favoráveis a 20 contrários), encerraram o ciclo jurídico-político que substituiu a presidente Dilma por Michel Temer interinamente e depois definitivamente (Câmara dos Deputados, 2016; Senado Federal, 2016). Considera-se que esses números e datas representam uma conjugação entre pressão social, narrativa midiática e decisão parlamentar.

De acordo com as análises feitas sobre essa conjugação, a interseção entre interesses midiáticos, ativismo cívico e estratégias parlamentares suscitou, desde então, um debate intenso sobre se o processo de 2016 configurou um *impeachment* juridicamente procedente ou um movimento com traços de judicialização e instrumentalização política. Trabalhos acadêmicos que analisaram a cobertura da revista *Veja* e de outros meios de comunicação, como os de Tavares, Berger e Vaz (2016) e Oliveira (2016) documentam a construção de um discurso pró-*impeachment* que polarizou tanto a opinião pública quanto a interpretação dos fatos, contribuindo para a narrativa de “golpe” para parte do campo crítico, e de “salvação democrática”, para seus defensores.

O debate sobre a natureza do *impeachment* — se jurídico-constitucional ou político-midiático — permanece central para a compreensão da guinada política brasileira a partir de 2016. Embora amparado por dispositivos legais, o processo ocorreu em um contexto de forte polarização, intensa atuação parlamentar e ampla mediação dos meios de comunicação, o que lhe conferiu um caráter que extrapolou o campo estritamente jurídico. Assim, o *impeachment* revela tensões entre legalidade formal e legitimidade política, evidenciando contradições do funcionamento democrático no período (Tavares; Berger; Vaz, 2016; Oliveira, 2016).

Autores como Moura e Boghossian (2016), Faganello (2015), Tavares, Berger e Vaz (2016), consideram que o conjunto de evidências analítico-documentais aponta que a guinada à direita entre 2016 e o *impeachment* não foi apenas resultado de uma colisão entre crise econômica, Lava Jato e protestos; mas também produto de atores organizados, parlamentares,

movimentos de rua, setores midiáticos e redes digitais, que souberam articular recursos simbólicos e institucionais para transformar insatisfação, em alternativas políticas concretas.

A combinação dessas ações, para além de resultar na destituição da ocupante da Presidência da República, promoveu uma reorganização significativa do repertório político e discursivo no Brasil. À luz da abordagem de Levitsky e Ziblatt (2018), processos institucionais podem contribuir para o enfraquecimento democrático quando são instrumentalizados como mecanismos de disputa política em contextos de elevada polarização. Nesse sentido, esse processo redefiniu narrativas sobre legitimidade, corrupção e governabilidade, deslocando o debate público para uma lógica fortemente moralizante e antipetista. Como consequência, alteraram-se as condições de possibilidade do ciclo eleitoral subsequente, criando um ambiente favorável à emergência de candidaturas que se apresentavam como antissistêmicas e de ruptura com a política tradicional, influenciando diretamente os resultados das eleições de 2018 (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015).

3.2 VITÓRIA DA (EXTREMA) DIREITA: AS REFORMAS LIBERAIS DO GOVERNO TEMER, AS AÇÕES DA “BANCADA BBB” E A CONQUISTA DA PRESIDÊNCIA POR JAIR BOLSONARO

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o novo governo de Michel Temer (PMDB) inaugurou um ciclo de reformas liberais que preparou terreno para o avanço da direita. Em meio a protestos pró-impeachment e à ascensão de bancadas conservadoras no Congresso, como a “bancada BBB” (Bíblia, Boi e Bala), registrou-se, segundo Frigo e Dalmolin (2017), “o ápice do progresso conservador”.

Nesse período, o governo Temer promoveu reformas econômicas e trabalhistas rigorosas, incluindo a emenda do teto de gastos e alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)²⁸, que aprofundaram descontentamentos setoriais e geraram sensação de perda de direitos entre parcelas populares (IPEA, 2017; IPEA, 2018).

De acordo com Frigo e Dalmolin (2017), o contexto político-institucional ficou marcado pela forte reação antipetista e por disputas culturais intensas, flexibilizando normas democráticas. Os autores observam ainda que o processo de *impeachment* acelerou a aliança de

²⁸ O teto de gasto é a regra fiscal que limita as despesas públicas do governo federal. Na CLT, as principais mudanças foram a prevalência do negociado sobre o legislado, flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração, além de novas modalidades contratuais e de rescisão (IPEA, 2017; IPEA, 2018).

forças de direita, colocando na presidência um político “alinhado à direita ideologicamente” e legitimando discursos intolerantes no espaço público.

No plano econômico, a agenda liberal-temerista, de corte de gastos sociais e estímulo privatizante, agravou a percepção de crise (IPEA, 2017). Embora, na prática, Temer não concluísse a proposta previdenciária, as medidas já aprovadas, como as reformas trabalhistas e a implementação do teto de gastos, mencionados acima, foram amplamente percebidas como benefícios aos empresários e malefícios aos trabalhadores (Carvalho, 2017; IPEA, 2018).

Para Portela (2019), essa combinação de crise econômica e descontentamento produziu um terreno fértil para narrativas de mudança radical. Jair Bolsonaro capitalizou esse ambiente, explorando o ressentimento com a “velha política” e vendendo soluções autoritárias (Nicolau, 2020; Gregorio & Contrera, 2020). Sobre as interconexões existentes entre ressentimento e os populismos de extrema direita, Lage e Saraiva (2024, p.130-131), informam que essas relações

têm sido objeto de grande interesse na última década, especialmente após o reacionarismo às eleições de Barack Obama, nos Estados Unidos, e de François Hollande, na França, e diante da ascensão de governos de direita na Alemanha, na Itália e no Reino Unido. No Brasil, as reações mais incisivas da direita foram contornadas durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva, a despeito da forte oposição das mídias hegemônicas. Entretanto, nos governos de Dilma Rousseff ressentimentos ficaram mais evidentes e culminaram na arquitetura de um impeachment por ex-aliados e opositores.

A análise proposta por Lage e Saraiva (2024) permite interpretar o caso brasileiro como expressão de uma política do ressentimento, na qual frustrações sociais e institucionais foram mobilizadas por discursos conservadores em um contexto de crise. Conforme indicado pelos autores, embora essas reações tenham sido parcialmente contidas durante os governos Lula, elas se intensificaram no período do governo Dilma Rousseff, quando o agravamento da crise econômica e política ampliou o espaço para narrativas de oposição. Nesse cenário, o impeachment passou a operar não apenas como um mecanismo institucional, mas como ponto de convergência de ressentimentos acumulados, contribuindo para a reorganização do campo político e para a consolidação de um projeto de direita no Brasil, em consonância com tendências observadas no cenário internacional.

Portela (2019) e Piaia (2020) destacam que a mídia e, sobretudo, as redes sociais exerceram papel estruturante na transição política que culminou nas eleições de 2018. Mais do que instrumentos neutros de comunicação, essas plataformas passaram a atuar como arenas centrais de disputa política, nas quais a circulação de *fake news* e conteúdos desinformativos contribuiu para redefinir percepções públicas e orientar comportamentos eleitorais. Desde o

impeachment da presidente Dilma Rousseff, observou-se a intensificação do uso estratégico das redes digitais para a cooptação de apoio político, processo documentado pelo Relatório da CPMI das *Fake News* (2019). Nesse sentido, a campanha de Jair Bolsonaro se beneficiou de uma lógica comunicacional baseada na viralização de mensagens polarizadoras, muitas vezes caluniosas, que fragilizaram o debate público e afetaram especialmente candidaturas do campo progressista.

A disseminação sistemática de desinformação não ocorreu de forma isolada, mas esteve articulada à atuação de atores sociais e políticos conservadores. Burity (2021) e Varillas (2024) destacam que lideranças religiosas, representantes da bancada ruralista e militares da reserva ampliaram sua presença no espaço público, vinculando pautas morais, religiosas e nacionalistas ao discurso eleitoral bolsonarista. Essa convergência entre redes digitais e lideranças conservadoras criou um ambiente comunicacional no qual valores autoritários e excludentes foram progressivamente normalizados. Nesse contexto, Caldeira Neto (2020) argumenta que a nova direita brasileira mobiliza narrativas morais e antissistêmicas como estratégia de legitimação política, aproveitando o desgaste das instituições representativas para consolidar sua influência no debate público.

Nesse contexto, a campanha bolsonarista incorporou repertórios políticos alinhados a experiências internacionais da nova direita, mobilizando conflitos simbólicos em torno de identidades, valores morais e da construção de inimigos internos, dinâmica que intensificou a polarização política. Conforme destacam Levitsky e Ziblatt (2018), esse tipo de polarização extrema compromete normas informais essenciais ao funcionamento da democracia ao transformar adversários políticos em inimigos morais.

Gregorio e Contrera (2020) e Nicolau (2020) demonstram que essa estratégia não apenas intensificou a polarização política, mas também redefiniu os limites do aceitável no discurso público, naturalizando práticas discursivas autoritárias e intolerantes. Assim, a vitória de Bolsonaro em 2018 deve ser compreendida não como um evento isolado, mas como resultado de um rearranjo mais amplo das condições comunicacionais, sociais e políticas que estruturaram o processo eleitoral.

Nicolau (2020) ressalta ainda que, embora recursos financeiros fossem importantes, a explosão da “nova direita” dependia de identidades coletivas e do uso habilidoso das mídias sociais durante os protestos de 2014–2016. Assim, mesmo com financiamento inicial modesto, bolsonaristas criaram redes de militância digital auto-organizadas que impulsionaram sua campanha (Nicolau, 2020; Piaia, 2020).

Em termos eleitorais, Nicolau (2020) e os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018) mostram que Bolsonaro adotou estratégias precisas para ampliar seu apelo. Declarou-se acima de rótulos ideológicos, “nem de direita nem de esquerda”, enquanto lançava mensagens simples e radicalizadas sobre segurança (armamento da sociedade civil), moralidade (defesa das pautas evangélicas) e antipetismo (Nicolau, 2020). Nesse mesmo contexto, os candidatos do *establishment*, como Geraldo Alckmin, pareciam distantes dessas pautas, o que fez Bolsonaro ocupar o espaço do eleitor conservador.

O perfil do eleitorado de 2018 representou essas dinâmicas. Bolsonaro venceu esmagadoramente no Sul e no Sudeste, ficando atrás apenas no Nordeste, onde Haddad teve ampla vantagem, mostrando, assim, a polarização regional (Nicolau, 2020). De acordo com Burity (2021), Bolsonaro conquistou setores das classes médias e populares insatisfeitas, especialmente os mais conservadores em termos religiosos e morais. No segundo turno da eleição presidencial, obteve 55,13% dos votos válidos contra 44,87%, de Fernando Haddad (TSE, 2018).

Em suma, a combinação entre a ruptura institucional representada pelo *impeachment*, a adoção de uma agenda econômica liberal durante o governo Temer, a crise de representatividade política e a proliferação de mídias digitais de massa criou condições favoráveis para que Jair Bolsonaro capitalizasse a conjuntura política e social do período (Frigo; Dalmolin, 2017; IPEA, 2018). Seu discurso conservador e fortemente antipetista encontrou um terreno previamente preparado, no qual a ofensiva liberal contribuiu para o aprofundamento de ressentimentos sociais, enquanto pautas identitárias mobilizaram setores conservadores da sociedade (Burity, 2021; Nicolau, 2020). Além disso, estratégias de campanha como o uso intensivo das redes sociais, o apoio de lideranças religiosas e militares e a exploração do imaginário moral ampliaram significativamente seu alcance eleitoral (Portela, 2019; Piaia, 2020). Nesse contexto, a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 pode ser interpretada à luz do padrão identificado por Levitsky e Ziblatt (2018), no qual lideranças com traços autoritários chegam ao poder por meio do voto ao explorar crises institucionais e o aprofundamento da polarização social.

Por fim, o “hábito de redes sociais”, conforme analisado por Frigo e Dalmolin (2017), atuou como vetor para a disseminação de discursos de ódio e desinformação, ao privilegiar conteúdos emocionalizados e simplificados. Essa dinâmica comunicacional, ao se articular com um eleitorado marcado por crises políticas e institucionais, ampliou a receptividade a discursos autoritários e antissistêmicos, contribuindo de forma decisiva para a vitória eleitoral da nova extrema-direita no Brasil. Nesse sentido, a análise de Caldeira Neto (2020) permite interpretar

a conjuntura política recente não como uma ruptura súbita, mas como resultado de continuidades autoritárias que se tornaram mais visíveis e fortes no contexto de crise da Nova República.

3.3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA E DOS DADOS LEVANTADOS

A análise dos dados do Congresso Nacional, TSE, IBGE e IPEA, bem como da literatura produzida por Gregorio e Contrera (2020), Scarpelli e Albergaria (2025), Tarouco e Madeira (2013), Fernando Nogueira Costa (2014) e outros, indica que o “virar à direita” do Brasil, em 2018, foi fruto de uma confluência de elementos interligados. O desgaste prolongado dos governos do Partido dos Trabalhadores, agravado pela crise econômica de 2014–2016 e pelo processo de *impeachment* de Dilma, gerou insatisfação generalizada (Codato et al., 2015; Dibai, 2020). Paralelamente, a Operação Lava Jato e a cobertura midiática dos escândalos de corrupção alimentaram uma narrativa de “renovação ética” que favoreceu atores conservadores (Dibai, 2020; Piaia, 2020). Além disso, movimentos sociais de direita, como o MBL e o Vem pra Rua, souberam explorar as redes sociais de forma eficaz, articulando discursos moralizantes e antipartidários (Piaia, 2020; Simões, 2019).

Esses elementos – crise institucional, ataques à “velha política” e mobilização digital – criaram terreno fértil para a ascensão de discursos liberais e conservadores (Epitácio, 2015; Gregorio & Contrera, 2020). Nesse contexto, a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro uniu essas narrativas, apresentando-se como alternativa “antissistêmica” e de ordem, o que encontrou amplo eco no eleitorado desencantado (Nicolau, 2020).

Dessa forma, levando em consideração a literatura e os dados utilizados na pesquisa, considera-se como as condições configuracionais principais que contribuíram para a vitória de Bolsonaro na eleição presidencial de 2018:

- 1) **Crise político-econômica e antipetismo:** O prolongado ciclo de recessão (PIB caiu cerca de 3,5% em 2015) e o desgaste dos governos petistas ampliaram o ressentimento social (IBGE, 2017; Ipea, 2016). Partidos de direita souberam capitalizar esse descontentamento, atribuindo a crise à “incompetência estatal” e propondo reformas liberais (Codato et al., 2015; Epitácio, 2015);
- 2) **Narrativa moral e Lava Jato:** A Lava Jato expôs esquemas de corrupção que atingiram a base do PT, alimentando a ideia de “purificação” da política (Dibai,

2020). Essa narrativa moralizadora foi explorada por lideranças conservadoras, que se apresentaram como defensoras da honestidade contra a “velha corrupção” (Dibai, 2020; Piaia, 2020);

- 3) **Uso estratégico das redes sociais:** As campanhas de direita em 2018 adotaram intensamente as redes sociais *WhatsApp*, *Facebook* e *YouTube* para difundir mensagens polarizadoras. As *fake news* e as teorias da conspiração foram usadas para convencer eleitores, sobretudo em segmentos conservadores (Portela, 2019; Piaia, 2020). Esse ambiente digital permitiu a mobilização rápida de eleitores sem depender de partidos tradicionais (CPMI *Fake News*, 2019).
- 4) **Reconfiguração partidária e coalizões identitárias:** Partidos como o PSL de Bolsonaro, uniram pautas morais e liberalismo econômico para atrair o eleitorado conservador (Nicolau, 2020; Epitácio, 2015). A presença forte de políticos militares ou ligados à segurança e de lideranças evangélicas conservadoras reforçou o apelo do discurso de “lei e ordem” e dos valores tradicionais (Burity, 2021; Nicolau, 2020). No Congresso elegeram-se bancadas especiais, entre elas a bancada da bala, a ruralista e a evangélica que dialogavam diretamente com o eleitorado de direita.
- 5) **Influência de tendências globais:** Por fim, o fenômeno brasileiro não ocorreu isoladamente. O crescimento de partidos populistas de direita no mundo (Trump, Brexit, Le Pen) legitimou discursos nacionalistas e contra-*establishment* (Gregorio & Contrera, 2020; Struck, 2018). Estudos apontam que essa onda conservadora global repercutiu no Brasil, reforçando o clima de polarização.

Esses elementos políticos, econômicos e culturais configuracionais resultaram em dados eleitorais expressivos. Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais de 2018 com 57.797.847 votos no 2º turno, o equivalente a 55,13% dos votos válidos (TSE, 2018). O Partido Social Liberal (PSL), partido de sua coligação, elegeu 52 deputados federais (de apenas 1 em 2014, para 52, em 2018), tornando-se a segunda maior bancada da Câmara (Senado Federal, 2018). Em suma, as urnas confirmaram o avanço à direita. Os resultados oficiais demonstram a guinada ideológica concretizada nas eleições de 2018 (TSE, 2018; Senado Federal, 2018).

Em síntese, a discussão feita por meio da historiografia sobre o tema articulada aos dados acessados, evidencia que o Brasil “virou à direita” por conta da interação entre crise doméstica e estratégias políticas conservadoras. Como sugerido nas hipóteses iniciais, o fim dos governos do PT e o sentimento de perda, ampliados pelas reformas de Michel Temer,

impulsionaram o antipetismo, que foi habilmente combinado com narrativas de moralidade e ordem.

A mobilização digital, por sua vez, foi crucial para disseminar essas narrativas em larga escala. O resultado foi um realinhamento eleitoral: setores médios e populares conservadores, religiosos e descontentes com os partidos tradicionais migraram para candidaturas de direita. Os dados recolhidos e os estudos revisados convergem em mostrar que o desempenho histórico da direita, em 2018, decorreu dessa combinação de elementos políticos, econômicos e culturais.

Em outras palavras, não se tratou de um evento isolado, mas de um processo estruturado que reposicionou o espectro político brasileiro e se manifestou nos resultados eleitorais. Esse entendimento é fundamental para avaliar as transformações recentes no país e suas implicações na correlação de forças políticas, uma vez que, conforme alertam Levitsky e Ziblatt (2018), a erosão democrática tende a ocorrer de forma incremental, sendo frequentemente percebida apenas quando normas e instituições já se encontram profundamente fragilizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como o Brasil “virou à direita” e obteve desempenho expressivo nas eleições de 2018, examinando a interação entre elementos políticos, econômicos, sociais e comunicacionais no período 2014–2018. A partir da revisão bibliográfica e documental realizada, pode-se afirmar que a guinada à direita não se explica por uma causa única, mas por uma conjunção de elementos estruturais e conjunturais que se reforçaram mutuamente.

A análise bibliográfica e documental permitiu identificar cinco elementos principais que, articulados, influenciaram a ascensão da direita e seu êxito eleitoral em 2018: (1) a crise político-econômica e o desgaste prolongado do ciclo de governos petistas, que ampliaram o sentimento de insatisfação e desafeição política; (2) a Operação Lava Jato e a construção midiática de uma narrativa moralizadora que vinculou corrupção ao projeto petista, fortalecendo discursos de “renovação ética”; (3) a utilização estratégica e massiva de plataformas digitais, especialmente *WhatsApp* para disseminação de mensagens polarizadoras e desinformação, capaz de mobilizar eleitores fora das estruturas partidárias tradicionais; (4) a reconfiguração partidária e a formação de coalizões identitárias, incluindo apoios significativos de setores evangélicos, militares da reserva e bancadas conservadoras, que deram densidade organizacional ao projeto de direita; e (5) a ressonância com uma tendência internacional de

crescimento de movimentos populistas e conservadores, que legitimou repertórios nacionalistas e *anti-establishment*. Esses elementos, combinados com a fratura de representatividade e a emergência de atores de rua e digitais como MBL e Vem Pra Rua, criaram um contexto favorável para que lideranças de direita convertessem a insatisfação social em votos.

Dessa forma, considera-se que este trabalho de pesquisa contribui para o campo de estudos da História Política, especificamente àqueles relacionados à mudança política no Brasil ocorrida no Brasil dos últimos anos, integrando na análise, as dimensões econômicas, institucionais e comunicacionais para um quadro interpretativo mais profundo.

Ao reunir dados documentais e análises acadêmicas, a pesquisa oferece uma síntese crítica capaz de situar as eleições de 2018 como resultado de um processo acumulado, e não como fenômeno abrupto ou meramente eleitoral. Além disso, ao relacionar dados eleitorais e dinâmicas de mobilização digital às transformações partidárias e ao papel das narrativas morais, o estudo contribui metodologicamente para pensar a política contemporânea como campo híbrido entre o presencial, o institucional e o digital, assim como entre o local, o nacional e o internacional.

Entretanto, importa reconhecer limitações relevantes. Primeiro, a pesquisa baseou-se exclusivamente em fontes secundárias (artigos, livros, relatórios e notícias), o que restringe a possibilidade de inferências mais complexas que só seriam possíveis com dados primários obtidos por meio de entrevistas ou análise de dados de plataformas.

O recorte temporal com ênfase nos anos de 2014 a 2018, fazendo uso de atualizações bibliográficas até 2025, possivelmente não dê conta dos desdobramentos posteriores que irão influenciar interpretações retrospectivas. Enfatize-se que, existe potencial viés nas fontes midiáticas e em estudos com agendas distintas sobre o caráter do *impeachment* e da Lava Jato; tais vieses exigem cuidado interpretativo e triangulação que futuras pesquisas empíricas poderão aprofundar.

Para avançar na compreensão do fenômeno, recomenda-se: estudos empíricos que acompanhem o comportamento eleitoral de grupos sociais antes e após 2018, permitindo medir mudanças de atitude e voto; pesquisas de rede e de conteúdo que analisem empiricamente a circulação de desinformação em aplicativos de mensagens e seu impacto sobre decisões eleitorais; investigações qualitativas sobre o papel de lideranças religiosas e de militares na articulação local e nacional do apoio a candidaturas de direita; e estudos comparativos com outros países que vivenciaram ascensões conservadoras, a fim de identificar regularidades e especificidades da experiência brasileira.

As análises promovidas na pesquisa apontam para implicações importantes: a centralidade das redes digitais na campanha de 2018 demonstra a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a alfabetização midiática, regulem formas de financiamento e difusão de mensagens políticas em plataformas privadas sem violar liberdades fundamentais, e aprimoramento da transparência em processos eleitorais.

Ademais, o protagonismo das narrativas moralizadoras e da polarização indica que a recuperação de espaços de deliberação pública plural e de confiança nas instituições passa por reformas institucionais, melhoria da qualidade da representação e promoção de espaços deliberativos que favoreçam o debate crítico e informado.

Conclui-se que o “virar à direita” do Brasil, até 2018, foi produto de uma confluência complexa entre crise econômica, juízos morais amplificados pela mídia e pela operação Lava Jato, inovação e instrumentalização comunicacional nas redes digitais, reconfigurações partidárias e apoios identitários organizados. Essas condições históricas realinharam a correlação de forças no país e abriram desafios substantivos para a democracia brasileira, tanto em termos de governabilidade quanto de qualidade do debate público. A compreensão aprofundada desses processos exige, portanto, investigação contínua e uso de variadas metodologias, bem como políticas públicas que fortaleçam a resiliência democrática diante das novas formas de mobilização e contestação política observadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **PIB caiu 3,5% em 2015, diz IBGE**. Brasília, 16 nov. 2017. Disponível em: jc.uol.com.br Acesso em: 18 out. 2025

AQUINO, Filipe. Política do ódio e a nova ordem de violências. 2016. In: **Galaxia (São Paulo, online)**, ISSN 1982-2553, n. 33, set.-dez., 2016, p. 250-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/GzWtDMWmbQL9ztwZWKGK8sM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 out. 2025.

AMARAL, João Joaquim Freitas do; SOUZA, Maria Naires Alves de. **Pesquisa bibliográfica para a área da saúde**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58544>. Acesso em: 10 set. 2025.

ALMEIDA, Eduardo Simões de; et al. **O fator “Agora é Lula” na eleição presidencial de 2002**. 2007. 26 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: https://www2.ufjf.br/poseconomia/wp-content/uploads/sites/118/2010/01/td_001_2007.pdf Acesso em: 28 set. 2025

BAPTISTA, José Murilo Philigret de Oliveira. **O mito do planejamento na Bahia. Padrão de intervenção governamental no campo social (2000-2014)**. Tese de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA. Universidade Federal da Bahia - UFBA. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23543/1/Jos%c3%a9%20Murilo%20Philigret%20de%20Oliveira%20Baptista.pdf> Acesso em: 30 set. 2025

BURITY, J. The Brazilian conservative wave, the Bolsonaro phenomenon and the role of evangelicals. In: **Brazilian Political Science Review** / SciELO, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/K6WPj8yxktVRMQcqcxpWQFc/>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno das Eleições 2018**. Brasília: TSE, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno#:~:text=Al%C3%A9m%20da%20elei%C3%A7%C3%A3o%20do%20candidato,e%20do%20Distrito%20Federal> Acesso em: 08 out. 2025

BORGES, Carlos Eduardo de Assis. As manifestações de 2013 e o surgimento de uma nova direita no Brasil. In: **Rev. Contribuciones a las Cienc. Soc.**, v. 17, n. 4, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6391> Acesso em: 08 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma Rousseff com 367 votos a favor e 137 contra**. Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: **Direita, volver**, p. 115-144, 2015.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – CPMI FAKE NEWS. **Relatório Final**. Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/609753/RF_CPMI%20_fake_news_2019.pdf?isAllowed=y&sequence=1 Acesso em: 11 out. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Retrospectiva 2016: os acontecimentos que foram destaque no Brasil**. 31 dez. 2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/12/31/interna-brasil,562942/retrospectiva-2016-os-acontecimentos-que-foram-destaque-no-brasil.shtml> Acesso em: 10 nov. 2025.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Nova Direita no Brasil**. Jornal GGN, 2014. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/nova-direita-no-brasil/> Acesso em: 18 Out. 2025

DALL’AGNOL, Laísa. Direita ou esquerda: pesquisa mostra lado que saiu vitorioso no Congresso. In: **Revista VEJA**, 11 out. 2022. Disponível em: veja.abril.com.br Acesso em: 08 out. 2025

DIBAI, Priscilla Cabral. A ascensão do radicalismo de direita no mundo: novos dilemas de um velho problema. In: **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 728–743, 2020. DOI: 10.5433/2176-6665.2020v25n3p728. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39432> Acesso em: 10 out. 2025.

DIBAI, Priscilla Cabral. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28473> Acesso em: 28 Out. 2025

DRUCK, Guillermo; FILGUEIRAS, Fernando. Políticas sociais: avanços e retrocessos. In: SOARES et al. (Org.). **Transferência de renda, pobreza e desigualdade no Brasil**. Ipea, 2007.

EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes. **A trajetória dos partidos políticos de direita na democracia recente: o caso do Brasil e do Chile**. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131730> Acesso em: 18 Out. 2025

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: **Direita, volver**, p. 145-161, 2015.

FERREIRA, Matheus G. M.; TAVARES JR., Fernando. De 2013 a 2016: as ruas e ressignificações políticas. In: **Rev. Eletrôn. Ciênc. Soc., Juiz de Fora**, n. 22, p. 1-159, jul./dez. 2016. Disponível em: https://memoriaaudiovisual.org/wp-content/uploads/tainacan-items/5/2845/2017_matheus_fernando_2013_a_2016_ruas_resignificacoes_politicas.pdf Acesso em: 10 abr. 2025.

FRIGO, Diosana; DALMOLIN, Aline Roes. **Tensionamentos entre Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: Jair Bolsonaro e o Impeachment De Dilma Rousseff**.

Universidade Federal de Santa Maria, SANTA MARIA/RS, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9174/5385> Acesso em: 17 out. 2025.

GALLEGO, Esther Solano. Entendendo o Brasil atual: polarização, guerras culturais e antipetismo. In: **Nueva Sociedad**, p. 48-60, 2018. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/1.TC_Solano_Gallego_EP18.pdf#:~:text=quest%C3%A3o%20da%20moralidade%20da%20pol%C3%ADtica,cidad%C3%A3o%20contra%20o%20sistema%20pol%C3%ADtico Acesso em: 10 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/48899027/Como_Elaborar_Projetos_De_Pesquisa_6a_Ed_GIL Acesso em: 06 set. 2025.

GREGORIO, Paulo Cesar; CONTRERA, Flávio. A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas. In: **Revista Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 10-49, 2020. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/307> Acesso em: 30 set. 2025

GREGORIO, Carliana; CONTRERA, Gabriel. **As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora**. [S.l.: s.n.], 2020.

IBGE. **PIB: nota sobre queda de 2015 (3,5%)**. Agência IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB cai 3,5% em 2015 e registra R\$ 6 trilhões**. Agência IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14631-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes> Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Notas sobre o desempenho econômico e social em 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br> Acesso em: 15 out. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. Nota/Documento Ipea, 2017/2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63_07_politica_em_foco_visao_geral.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

LAGE, Leandro R.; SARAIVA, Luiziane Silva. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista Eco-Pós - Dossiê Guerras Culturais**, v.24, n.2, 2021. p. 124-150. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27704 Acesso em: 01 nov. 2025

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Flávio Ribeiro. As eleições de 2018 e a ascensão da extrema direita no Brasil. In: **Revista Percursos-NEMO Maringá**, v. 11, n. 1, p. 207-215, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Flavio-Lima-7/publication/381881155_As_eleicoes_de_2018_e_a_ascensao_da_extrema_direita_no_Brasil/links/66835cdd0a25e27fbc1d2cd4/As-eleicoes-de-2018-e-a-ascensao-da-extrema-direita-no-Brasil.pdf Acesso em: 27 out. 2025

MANIKIW, N. Gregory. **Princípios de Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

MARTINS, Norberto Montani. **Sistemas Financeiros, Funcionalidade e Desenvolvimento Econômico: A Experiência do Governo Lula (2003-2010)**. Texto para Discussão 009. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 10 set. 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Linha do tempo da Operação Lava Jato**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: 12 out. 2025.

MOURA, Marcelo; BOGHOSIAN, Bruno. Retrospectiva 2016: O ano em que o pêndulo foi para a direita. In: **Revista Época**, 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2016/12/retrospectiva-2016-o-ano-em-que-o-pendulo-foi-para-direita.html> Acesso em: 18 out. 2025

NETO, O. C. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060> Acesso em: 20 dez. 2025.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil virou à direita**: Uma comparação das eleições presidenciais de 2018 e 2014 nos municípios brasileiros. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a621c6cb-3c03-437a-a9c6-eef6dff465f3/content> Acesso em: 27 out. 2025

NICOLOU, J. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/52040>. Acesso em: 10 nov. 2025.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. In: **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9369> Acesso em: 08 out. 2025

PEIXOTO, João Paulo Machado. **Presidencialismo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518604/001056459.pdf> Acesso em: 28 set. 2025

PIAIA, V. Análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. In: **Revista INTERcom/SciELO**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/JB3zHccN7KnHJXTwsRj8WjF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

POCHMANN, Márcio. **O salário mínimo e a evolução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTELA, Marcelo de Castro. **O uso de fake news e seu impacto nas eleições presidenciais de 2018**. 2019. 44 f. Monografia (Especialização em Marketing Político) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/991ab54b-d0cc-4e13-9e2a-fb0c5c22c080/download>. Acesso em: 30 set. 2025

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 47-52, 2018. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57678729/O_boom_das_novas_direitas-libre.pdf?1541108097=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_boom_das_novas_direitas_brasileiras_fi.pdf&Expires=1762802654&Signature=aoZQr9~WzyNW3tt1XJAQpE~Mvpqys9tShh449fp9AM51yQ3pHOosHyHUCmLpppJsw2-C41KRK1fPFAiY~SH4f6TsfhakWZOyetu8g2QzKn1DUByE8vao2B8tkIWDSII7Pp7X1YkKlIuvHd-rD6~Y3WaZOPkf9R2~e~dylReCJ1XeXVmFzIyEpxM5mYkQz1bxvojoZq0-CMsGQJ9pERps6gMczd3VVmGeYyO0MyXoPt6L9O0A0jRxxXNOIeJzSe9RuWLTyQK5oyG50iJlQXIKo9YIYT4rFznfH5F5FfXE5VqXk5ZVVKDPvE0aj9pjPznyC8BpbKiK1YEjQ6n6~Tycug__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 27 out. 2025

ROMÃO, Wagner de Melo. **Polarização e fragilidade democrática no Brasil de 2018**. Brasília: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14619-20180821.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025

SCARPELLI, Veridiana; ALBERGARIA, Danilo. A Nova República chega aos 40 anos. In: **Rev. Pesquisa Fapesp**, n. 351, maio 2025, p. 77-85. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nova-republica-chega-aos-40-anos/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SENADO FEDERAL. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2025. Senado Federal

SENADO FEDERAL. **PT e PSL elege as maiores bancadas da Câmara dos Deputados**. Agência Senado, 08 out. 2018. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 08 out. 2025

SILVA, Adriana Brito da et al. A extrema-direita na atualidade. In: **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-445, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTk6JtrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 Out. 2025

SIMÕES, I. B. **Um estudo sobre o uso do Twitter pelos candidatos à eleição de 2018.**

Agenda Política (UFSCar), 2019. Disponível em:

<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/284>. Acesso em: 10 nov. 2025.

STRUCK, Jean-Philip. **Como 2018 mudou a forma de fazer política no Brasil?**

CartaCapital, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-eleicao-que-transformou-a-politica-brasileira/> Acesso em: 30 set. 2025

SOARES, Francisco de Vianna; RIBAS, Rubens; OSÓRIO, Renato G. **A evolução dos gastos sociais e transferência de renda no Brasil.** Brasília: MDS/Ipea, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/a88f8ab9-c204-49b3-83d6-8607ed706df8/content> Acesso em: 25 set. 2025

SOUZA, Davisson CC. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. In: **Lutas sociais, n. 25-26, p. 191-205**, 2011. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18590> Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, Marco Aurélio Dias; FINGUERUT, Ariel. Que direita é esta? As referencias a Trump na nova direita brasileira Pós-Michel Temer. In: **Revista Tomo**, n. 33, p. 229-269, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/9357/7503> Acesso em: 17 out. 2025.

TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. In: **Rev. Sociol. Polit., Curitiba**, v. 21, n. 45, mar. 2013, p. 15-28. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JK9SrZwCBvgwNB8DgR5m4yN/?format=html&lang=pt> Acesso em: 08 abr. 2025.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. In: **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 3, n. 2, p. 20-44, 2016. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9174/5385> Acesso em: 08 out. 2025

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Informações sobre as Eleições 2016 — prefeito, vice-prefeito e vereadores.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2016> Acesso em: 02 nov. 2025.

TSE — TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2018:** Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. (Comunicado e resultados oficiais). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 10 nov. 2025.